

THE TRINITY REVIEW

Porque, andando na carne, não militamos segundo a carne. Porque as armas da nossa milícia não são carnis, mas sim poderosas em Deus para destruição das fortalezas; destruindo os conselhos, e toda a altivez que se levanta contra o conhecimento de Deus, e levando cativo todo o entendimento à obediência de Cristo; e estando prontos para vingar toda a desobediência, quando for cumprida a vossa obediência. (2 Coríntios 10.3-6)

Número 299 Copyright 2011 The Trinity Foundation Post Office Box 68, Unicoi, Tennessee 37692 Março-Maio 2011
Email: tjtrinityfound@aol.com Website: www.trinityfoundation.org Fone: 423.743.0199 Fax: 423.743.2005

Escrituralismo: Uma Cosmovisão Cristã por W. Gary Crampton

Nota do editor: este é um seguimento do último artigo resenha escrito por Dr. Crampton. Vantilianos seguem com as mesmas acusações enfadonhas contra Gordon Clark originalmente feitas por Van Til na controvérsia Clark-Van Til e suas repercussões. Segue aqui uma excelente defesa do escrituralismo — a filosofia bíblica mais consistente.

Introdução¹

Escrituralismo é uma visão do mundo e da vida. Cosmovisão é um conjunto de crenças sobre as várias questões da vida. Toda pessoa tem uma cosmovisão; é algo inescapável. A cosmovisão determinará como uma pessoa enxerga a totalidade da vida, as decisões que toma, por que age como age e assim por diante. Todas as cosmovisões apresentam pressuposições que governam seu sistema de crença; essas pressuposições funcionam como axiomas a partir dos quais todas as decisões são deduzidas. Escrituralismo é o sistema de crença em que a Palavra de Deus é fundacional na totalidade dos assuntos filosóficos e teológicos.² Esse sistema de pensamento assevera que os cristãos jamais devem tentar combinar ideias seculares e cristãs. Antes, todo pensamento deve ser levado cativo à Palavra de Deus (2 Coríntios 10.5),³ que é (parte de) a mente de Cristo (1 Coríntios 2.16). Nossa mente deve ser transformada “para que

experimente[mos] qual seja a boa, agradável, e perfeita vontade de Deus” tal como encontrada nas Escrituras (Romanos 12.2), i.e., nossos pensamentos devem se tornar progressivamente os pensamentos de Deus (Isaías 55.6-9), pensamentos divinos esses que são apenas conhecidos através da Palavra de Deus. O escrituralismo, então, ensina que todo o nosso conhecimento deve ser derivado da Bíblia, que tem um monopólio sistemático sobre a verdade.

Essa abordagem a uma cosmovisão cristã é ensinada pelo apóstolo Paulo e confirmada pelos ensinamentos dos Padrões de Westminster.⁴ Nas palavras do apóstolo: “Toda a Escritura é divinamente inspirada, e proveitosa para ensinar, para redarguir, para corrigir, para instruir em justiça; para que o homem de Deus seja perfeito, e perfeitamente instruído para toda a boa obra” (2 Timóteo 3.16-17). E na *Confissão de Fé de Westminster* (1:6) lemos: “Todo o conselho de Deus concernente a todas as coisas necessárias para a glória dele e para a salvação, fé e vida do homem, ou é expressamente declarado na Escritura ou pode ser lógica e claramente deduzido dela; à Escritura nada se acrescentará em tempo algum”.

Observe os universais nessas duas declarações: “toda”, “perfeito”, “perfeitamente”, “toda”, “Todo”, “todas”, “nada”, “em tempo algum”. A Bíblia, infalivelmente, e a Assembleia de Westminster, em con-

¹ Muito deste artigo foi adaptado de W. Gary Crampton, *The Scripturalism of Gordon H. Clark* (Hobbs, New Mexico: The Trinity Foundation, 1999). [Futura publicação em português da Editora Monergismo, N. do T.]

² John W. Robbins cunhou o termo *Escrituralismo*, veja “An Introduction to Gordon H. Clark” [Uma Introdução a Gordon H. Clark], *The Trinity Review* (Julho e Agosto de 1993).

³ Todas as citações bíblicas neste artigo foram extraídas da versão *Almeida Corrigida e Fiel* (ACF), salvo indicação em contrário. [N. do T.]

⁴ Todas as referências aos Padrões de Westminster, compostos da *Confissão de Fé de Westminster* e dos *Catecismos Maior e Menor* são da *Westminster Confession of Faith* (Glasgow, Scotland: Free Presbyterian Publications, 1994). A língua original foi modernizada. [A tradução das referências é livre, N. do T.]

formidade com a Bíblia, ensinam ambas a total suficiência das Escrituras. De acordo com o princípio reformado da *sola Scriptura*, nem a ciência nem a história nem a filosofia são necessárias para fornecer a verdade. De acordo com o escrituralista, nenhuma teoria de verdade de “duas fontes” é ensinada na Palavra de Deus. Como Paulo claramente afirma nos dois primeiros capítulos de *1 Coríntios*, a sabedoria do mundo é loucura e o homem não é capaz de chegar ao conhecimento da verdade à parte das proposições escriturísticas reveladas pelo Espírito. Em *1 Coríntios* 2.9-10, por exemplo, Paulo escreve: “Mas, como está escrito: ‘As coisas que o olho não viu, e o ouvido não ouviu, e não subiram ao coração do homem, são as que Deus preparou para os que o amam’. Mas Deus no-las revelou pelo seu Espírito”. A Bíblia é suficiente para a verdade que precisamos. É somente nas Escrituras que encontramos “a certeza das palavras da verdade” (*Provérbios* 22.17-21; veja também *Lucas* 1.4). Isso é escrituralismo.

Epistemologia

Um escrituralista sustenta que a epistemologia (a teoria do conhecimento) é o princípio-chave de qualquer sistema teológico ou filosófico. Gordon Clark afirma isso da seguinte forma:

Enquanto a questão de como podemos conhecer Deus é fundamental na filosofia da religião, subjacente à filosofia em geral reside a questão última “Como podemos conhecer de fato alguma coisa?”. Se não podemos falar de forma inteligente sobre Deus, podemos falar de forma inteligente sobre moralidade, sobre nossas próprias ideias, sobre arte, política — podemos sequer falar sobre ciência? Como podemos conhecer alguma coisa? A resposta a essa pergunta, tecnicamente chamada teoria de epistemologia, controla todo assunto ou matéria que reivindica ser inteligível ou cognitivo.⁵

Aurélio Agostinho, João Calvino, Gordon Clark e a Assembleia de Westminster começaram todos sua abordagem sistemática ao estudo sobre Deus e sua criação com a epistemologia, e todos acreditavam que as Escrituras são o fundamento epistemológico para uma teoria de conhecimento verdadeira. A revelação é a condição *sine qua non* do co-

nhecimento. Mesmo antes da Queda, o homem já dependia da revelação proposicional para o conhecimento. Deus tinha então de revelar-lhe informação, e a situação atual, agravada pelo pecado, faz da revelação uma necessidade ainda maior.

Epistemologia Cristã

Primeiro, é importante entender que todas as filosofias (ou cosmovisões) necessariamente começam com um princípio primeiro ou ponto de partida indemonstrável, *i.e.*, um axioma a partir do qual tudo o mais é deduzido. Uma cosmovisão cristã consistente assevera que o ponto de partida epistemológico é que somente a Bíblia é a inspirada, infalível e inerrante Palavra de Deus e tem um monopólio sobre a verdade (*João* 17.17; *2 Timóteo* 3.16-17; *1 Timóteo* 6.3-5). Os 66 livros do Antigo e Novo Testamento são autocomprobatórios e autoautenticáveis. As Escrituras julgam todos os livros e ideias, mas não podem ser julgadas por nenhuma pessoa ou coisa. Somente a Bíblia é a Palavra de Deus. Este é o princípio reformado da *sola Scriptura*.

Uma epistemologia cristã não começa sua abordagem sistemática para a teologia e filosofia com uma discussão sobre se existe um deus, ou como sabemos se existe um deus, para então tentar provar que se trata do Deus das Escrituras. O ponto de partida para uma epistemologia cristã genuína é a revelação. A doutrina de Deus segue da epistemologia. É por isso que a Assembleia de Westminster começou seu estudo da teologia sistemática com a doutrina da revelação. O Capítulo 1 da *Confissão de Fé de Westminster* tem a ver com nossa fonte de conhecimento: “Da Escritura Sagrada”. Os 32 capítulos seguintes são estabelecidos sobre o axioma da revelação bíblica.

Essa também era a visão de Calvino. Ele começa sua *Instituição da Religião Cristã* com a seguinte declaração: “Quase toda a suma de nossa sabedoria, que deve ser considerada a sabedoria verdadeira e sólida, compõe-se de duas partes: o conhecimento de Deus e o conhecimento de nós mesmos. Como são unidas entre si por muitos laços, não é fácil discernir qual precede e gera a outra”.⁶ De acordo com Calvino, sem conhecimento de si mesmo não há conhecimento de Deus. Mas, para conhecer a si mesmo (e todo o mundo em geral), deve haver primeiro um conhecimento de Deus.

⁵ Gordon H. Clark, “How Does Man Know God?” [Como o Homem Conhece Deus?], *The Trinity Review* (Julho/Agosto de 1989), 1.

⁶ *A Instituição da Religião Cristã*, Editora UNESP, 2007; I:1:1-3 [pg. 37].

Deus é conhecido melhor e antes de alguém conhecer a si mesmo ou qualquer outra coisa.⁷ Calvino também começou sua teologia sistemática com a epistemologia. Seu ponto de partida era a revelação.

Críticos dessa visão escrituralista frequentemente alegam que ela é pouco mais que uma petição de princípio; isto é, ela assume o que deve ser provado. Como podemos dizer que acreditamos que a Bíblia é inspirada e, portanto, verdadeira porque ela reivindica ser inspirada e verdadeira, e então sair a dizer que devemos acreditar nesta reivindicação porque a Bíblia é inspirada e verdadeira? Não deveríamos primeiro provar que a Bíblia é a Palavra de Deus?

Evidentemente, nem toda reivindicação é verdadeira. Há um sem número de testemunhos falsos. Mas dificilmente pode ser negado que a Bíblia reivindica ser a Palavra de Deus inspirada (veja *João* 10.35; *2 Timóteo* 3.16; *2 Pedro* 1.20-21). E isso é significativo. É certamente uma reivindicação que muito poucos escritos fazem de si mesmos. Do mesmo modo, seria longe de justificável dizer que a Bíblia é a Palavra de Deus se ela negasse inspiração, ou fosse talvez silente sobre essa questão. Mas é uma posição muito plausível insistir que a primeira e principal razão de acreditarmos que a Bíblia é a Palavra de Deus inspirada é que de fato ela reivindica sê-la.⁸

Segundo, a resposta *ad hominem* ao crítico é que todos os sistemas precisam começar com um axioma indemonstrável. Sem esse postulado, nenhum sistema poderia mesmo iniciar. “Petição de princípio”, neste sentido solto e amplo da expressão, não é uma idiosincrasia do cristianismo. É a situação na qual todas as filosofias e teologias se apresentam.

Se alguém pudesse provar a proposição de que a Bíblia é a Palavra de Deus, a proposição não seria o ponto de partida. Haveria algo à frente mesmo das Escrituras. De acordo com as Escrituras, porém, não há fonte de verdade superior à própria autorrevelação de Deus. Como afirma o autor de *Hebreus*, “como [Deus] não tinha outro maior por quem jurasse, jurou por si mesmo” (6.13). As Escri-

turas, portanto, não podem ser deduzidas a partir de qualquer princípio superior. Como ensina Calvino, elas são autoautenticáveis e autocomprobatórias. Ele escreve:

...pois, com grande desprezo pelo Espírito Santo, perguntam: quem nos fará crer que [a Escritura] provém de Deus? Como nos certificarmos de que chegou salva e intacta aos nossos dias? ... A principal prova da Escritura é que nela Deus fala pessoalmente. Os profetas e apóstolos não alegam nem sua própria agudeza, nem eloquência, tampouco aduzem razões, mas proferem o sagrado nome de Deus, por honra do qual todos são coagidos à obediência.⁹

A *Confissão de Fé de Westminster* (1:4) coloca assim:

A autoridade da Escritura Sagrada, razão pela qual deve ser crida e obedecida, não depende do testemunho de qualquer homem ou igreja, mas depende somente de Deus (a mesma verdade) que é o seu autor; tem, portanto, de ser recebida porque é a palavra de Deus.

E Jonathan Edwards comenta que a Palavra de Deus não “se apresenta em petição por sua evidência, como tanto pensam alguns; a mais superior e adequada evidência ela traz em si mesma”.¹⁰ Deve-se aceitar, portanto, a revelação especial de Deus como axiomática ou, de fato, nenhum conhecimento será possível. Nas palavras de Clark, “um ponto imediato, abordando tanto a epistemologia como a teologia... é a impossibilidade de se conhecer Deus exceto por revelação... ou a revelação é aceita como um axioma ou, de fato, nenhum conhecimento de Deus é possível”.¹¹

Ademais, na epistemologia cristã não há nenhuma dicotomia entre fé (revelação) e razão (lógica). Elas andam de mãos dadas, pois é Jesus Cristo, o *Logos*, quem revela a verdade. O cristianismo é ra-

⁹ Calvino, *A Instituição da Religião Cristã*, Editora UNESP, 2007; I:7:1,4-5 [pg. 71,74].

¹⁰ Jonathan Edwards, *The Works of Jonathan Edwards*, revisado e corrigido por Edward Hickman (Carlisle: The Banner of Truth Trust, 1984), I:293.

¹¹ Gordon H. Clark, *An Introduction to Christian Philosophy* (Jefferson: The Trinity Foundation, 1968, 1993), 60; agora incluído em *Christian Philosophy*, 299-300, e *Clark and His Critics*, 53-54.

⁷ John Calvin, *Institutes of the Christian Religion*, Volumes I & II, John T. McNeil, editor, traduzido por Ford Lewis Battles (Philadelphia: Westminster Press, 1960) I:1:1-3.

⁸ Veja Gordon H. Clark, *God's Hammer: The Bible and Its Critics* (Jefferson: The Trinity Foundation, 1982), 1-23.

cional porque Cristo, em si, é a Lógica,¹² Razão e Sabedoria de Deus encarnada (*João* 1.1; *1 Coríntios* 1.24,30; *Colossenses* 2.3). Sendo a imagem de Deus, o homem pode raciocinar; pode pensar logicamente, pois Deus lho concedeu essa capacidade inata.

Essa capacidade concedida por Deus permite que os homens compreendam as proposições reveladas nas Escrituras. É necessário crer em algo como sendo o ponto de partida axiomático a fim de se compreender alguma coisa. Para raciocinar corretamente, precisa-se de um fundamento no qual tudo está baseado. Na cosmovisão cristã (racionalismo cristão) o conhecimento vem *através* da razão (*i.e.*, lógica), e não *a partir* do raciocínio (como no racionalismo puro). Ao contrário do racionalismo puro, o escrituralismo se mantém sobre o fundamento da revelação bíblica. Como afirmado no dito de Agostinho, “Creio para poder entender”.¹³

Revelação Geral e Especial

A Bíblia ensina que o Deus trino se revela ao homem tanto na revelação geral como na revelação especial, que estão em harmonia. A primeira é geral em público (toda a humanidade) e limitada em conteúdo, enquanto a revelação especial, encontrada agora somente nas Escrituras, é mais restrita em audiência (aqueles que leem a Bíblia) e mais detalhada em conteúdo. A *Confissão de Fé de Westminster* (1:1) afirma:

Ainda que a luz da natureza e as obras da criação e da providência de tal modo manifestem a bondade, a sabedoria e o poder de Deus que os homens ficam inescusáveis, contudo não são suficientes para dar aquele conhecimento de Deus e da sua vontade necessário para a salvação; por isso foi o Senhor servido, em diversos tempos e diferentes modos, revelar-se e declarar à sua Igreja aquela sua vontade; e depois, para melhor preservação e propagação da verdade, para o mais seguro estabelecimento e conforto da Igreja contra a corrupção da carne e malícia de Satanás e do mundo, foi igualmente servido fazê-la

escrever toda. Isto torna indispensável a Escritura Sagrada, tendo cessado aqueles antigos modos de revelar Deus a sua vontade ao seu povo.

Conquanto a revelação geral seja suficiente para revelar Deus a todos os homens deixando-os sem desculpa, ela é insuficiente, como diz a *Confissão*, “para dar aquele conhecimento de Deus e da sua vontade necessário para a salvação... Isto torna indispensável a Escritura Sagrada”. Sem a verdade proposicional da Palavra de Deus, *i.e.*, a revelação especial, o homem pecador não é capaz de chegar a um conhecimento sólido e salvífico de Deus. A necessidade da revelação especial repousa na insuficiência da revelação geral. Devido à sua natureza limitada, então, a revelação geral deve sempre ser interpretada à luz da revelação especial. Isso era verdade antes mesmo da Queda do homem (*Gênesis* 3), e ainda mais depois, visto que o universo está agora em um estado de anormalidade (*Gênesis* 3.14-19; *Romanos* 8.19-25). Assim, o conhecimento de Deus e sua criação só pode derivar das Escrituras.

A Bíblia ensina, como afirma João Calvino, que o Espírito de Deus implantou em todos os homens uma ideia inata de si mesmo, um *sensus divinitatis*, que é proposicional e não pode ser erradicada. Isso se deve ao fato de que todos os homens são criados à imagem de Deus. Quando interage com a criação de Deus, que demonstra a glória, poder e sabedoria dele, o homem, sendo imagem de Deus, é forçado em certo sentido a “pensar Deus”. Em si mesma, a criação visível não medeia “conhecimento” para o homem (como na epistemologia de Tomás de Aquino), pois o universo visível não apresenta ou expõe nenhuma proposição. Antes, estimula à intuição (ou recordação) intelectual a mente do homem, que, como ser racional, já possui informação proposicional *a priori* sobre Deus e sua criação. Essa informação *a priori* se encontra imediatamente impressa na consciência do homem e é mais que suficiente para mostrar que o Deus da Bíblia é o único e verdadeiro Deus.¹⁴ No entanto, sem os “óculos” da revelação especial, todas as

¹² A palavra em português Lógica é derivada do grego *Logos*.

¹³ Augustine, *The Nicene and Post-Nicene Fathers of the Christian Church*, Volume III, editado por Philip Schaff (Grand Rapids: Eerdmans Publishing Company, 1988), *On the Holy Trinity* (15:2); veja também Norman L. Geisler, editor, *What Augustine Says* (Grand Rapids: Baker Book House, 1982), 14-19.

¹⁴ Clark, *An Introduction to Christian Philosophy*, 61-62 (Christian Philosophy, 300-301; *Clark and His Critics*, 54-55); Jonathan Edwards, *The Works of Jonathan Edwards*, Volume 6, editado por Wallace E. Anderson, *Scientific and Philosophical Writings* (New Haven, Connecticut: Yale University Press, 1980), 346, 361, 368. Edwards refere-se a essa intuição (ou recordação) intelectual como “ideias estimulantes” [*exciting ideas*].

evidências falam em vão. Não se deve tentar provar Deus; ele é a premissa necessária para toda e qualquer prova.¹⁵

Como todo conhecimento deve vir através de proposições (que são ou verdadeiras ou falsas) e como os sentidos, interagindo com a criação, não produzem proposições, o conhecimento não pode ser transmitido por sensação. Antes, como observado acima, os sentidos aparentemente estimulam a mente do homem à intuição intelectual, a recordar as ideias inatas, concedidas por Deus, que o homem já possui. Gordon Clark usou a ilustração de um pedaço de papel onde está escrita uma mensagem em tinta invisível. O papel (na ilustração, a mente) pode ter a aparência de estar em branco, mas na verdade não está. Quando o calor da experiência é aplicado à mente (como quando o calor é aplicado ao papel), a mensagem se torna visível. O conhecimento humano, portanto, só é possível porque Deus dotou o homem de certas ideias inatas.¹⁶

A visão cristã de epistemologia tem suas raízes na doutrina do *Logos*.¹⁷ De acordo com o *Evangelho de João*, Jesus Cristo é o *Logos* cosmológico (*João* 1.1-3), o *Logos* epistemológico (1.9, 14) e o *Logos* soteriológico (1.4, 12-13; 14.6). Ele é o Criador do mundo, a fonte de todo o conhecimento humano e o doador da salvação. Quanto ao *Logos* epistemológico, que é o foco do presente estudo, Cristo é a “luz verdadeira, que ilumina a todo o homem que vem ao mundo” (1.9). À parte do *Logos*, o “mestre interior”, o conhecimento seria impossível.

Outra maneira de explicar isso é que na mente de Deus há a soma total de toda a verdade: “Porque nele [Deus] vivemos, e nos movemos, e existimos” (*Atos* 17.28). Nada existe fora da mente de Deus. É esse o significado das palavras “onisciente” e “onipresente”. Se o homem há de conhecer a verdade, deve conhecer as proposições eternas na mente de Deus. Como afirma Jonathan Edwards, “visto que toda verdade está na mente”, e visto que “Deus é a própria verdade”, se havemos de conhecer a verdade, deve haver “consistência e concordância das nossas ideias com as ideias de Deus”.

¹⁸ Algumas dessas verdades proposicionais são implantadas no homem desde sua concepção por Deus. E quando o homem interage com a criação ou lê as palavras das Escrituras, o mestre divino, o *Logos*, ilumina a mente para que as proposições venham à consciência, como a tinta invisível. Isso é possível porque a mente do homem é envolvida pela mente do *Logos*, que ilumina o homem para compreender as proposições eternas na mente de Deus. Isso não acontece pelo esforço ou iniciativa do homem, mas pelo esforço ou iniciativa de Deus, que revela a verdade.¹⁹

Deus criou os seres humanos com mentes racionais que usam as mesmas leis do pensamento que ele; os homens são portadores da imagem de Deus. Os princípios da razão (lógica) e do conhecimento são inatamente dados por Deus à humanidade através do *Logos*. Portanto, sempre que os seres humanos conhecem a verdade, conhecem aquilo que existe na mente de Deus; eles não têm meramente uma representação da verdade.

O escrituralismo nega a teoria da correspondência da verdade, *i.e.*, que a mente do homem tem apenas uma representação da verdade, e não a verdade em si. Antes, a epistemologia cristã defende a teoria da coerência da verdade, que sustenta que o que o homem tem é a verdade real: a mesma verdade que existe na mente do homem existe primeiro na mente de Deus. Como afirma Gordon Clark: “Realismo é a visão de que a mente do homem de fato possui a verdade. O representacionismo sustenta que a mente tem apenas uma imagem, um retrato, uma representação, uma analogia da verdade, e não a verdade em si”.²⁰

A epistemologia cristã sustenta que uma proposição é verdadeira porque Deus a pensa como verdadeira. Assim, quando conhece a verdade, o que o homem conhece concorda com o que Deus conhece. Nosso conhecimento deve coincidir com o conhecimento de Deus, se havemos de conhecer a verdade. Na teoria da coerência, a mente e o objeto conhecido são parte de um sistema, um sistema em que todas as partes estão em perfeito acordo, pois são encontradas na mente de Deus. Como

¹⁵ Calvino, *A Instituição da Religião Cristã*, Editora UNESP, 2007; I:1-6 [pg. 37~70].

¹⁶ Gordon H. Clark, *Religion, Reason and Revelation* (Hobbs, New Mexico: The Trinity Foundation, [1961], 1995), 142-143.

¹⁷ Ronald H. Nash, *The Word of God and the Mind of Man* (Grand Rapids: Zondervan Publishing House, 1982), 59-69.

¹⁸ Edwards, *Scientific and Philosophical Writings*, 340-342.

¹⁹ Veja Gordon H. Clark, *The Johannine Logos* (Jefferson, Maryland: The Trinity Foundation, 1972, 1989).

²⁰ Ronald H. Nash, editor, *The Philosophy of Gordon H. Clark* (Philadelphia: Presbyterian and Reformed Publishing Company, 1968), 440; reimpresso em *Clark and His Critics* (Unicoi, TN: The Trinity Foundation, 2009), 209.

Deus é onisciente, conhecendo toda a verdade, se o homem há de conhecer a verdade, deve conhecer o que Deus conhece.

Além disso, o escrituralismo assevera que a revelação geral (juntamente com os primeiros ensinamentos de revelação especial dados inicialmente por Deus a Adão) é a razão para a religiosidade básica da humanidade e as muitas das chamadas religiões que existem atualmente. O problema é que o homem caído, agora em um estado ético de depravação total (*Romanos* 3.10-18; 8.7-8), suprime a verdade sobre Deus que inatamente possui. No entanto esse conhecimento é parte da razão de sua responsabilidade; e ele é indesculpável (*Romanos* 1.18-21). O homem é culpado perante Deus por causa da revelação geral que possui e suprime. Mas, muito embora essa revelação seja mais geral que a revelação especial e suficiente para tornar o homem culpado, ela não é suficiente para mostrar-lhe o caminho da salvação: Jesus Cristo. Essa informação é dada somente nas Escrituras (revelação especial). A revelação geral revela Deus como Criador; a revelação especial o revela como Salvador. Escreve Calvino:

...a Escritura, recolhendo em nossa mente um conhecimento de Deus [*i.e.*, conhecimento inato] de outro modo confuso, desfazendo a fumaça, apresenta-nos claramente o verdadeiro Deus. E este é certamente um dom singular [revelação especial]: para conhecer o Templo, Deus não usa somente mestres mudos, mas também torna acessível sua boca sacrossanta, e não só promulga que devemos cultuar algum deus, mas pronuncia que Ele é o Deus que deve ser cultuado; nem ensina que os eleitos olhem unicamente para Ele, mas também se apresenta para que o vejam... dado Deus ter oferecido o auxílio da palavra a cada vez que quis dar uma erudição frutífera aos homens, visto que previsse que sua imagem, impressa na belíssima forma do mundo, fosse pouco eficaz... Digo que é à Palavra que se deve voltar quando, de modo probo e vivo, Deus nos é descrito por suas obras.²¹

Como ensinado pela *Confissão de Fé de Westminster* (14:1), “A graça da fé, pela qual os eleitos

são habilitados a crer para a salvação das suas almas, é a obra que o Espírito de Cristo faz nos corações deles, e é ordinariamente operada pelo ministério da Palavra; por esse ministério, bem como pela administração dos sacramentos e pela oração, ela é aumentada e fortalecida”. Essa obra de Deus é referida como o testemunho interior do Espírito Santo. É uma obra “imediate” do Espírito, pela Palavra e com a Palavra proclamada, na qual ele produz crença na mente do pecador eleito.

Como diz a *Confissão*, o Espírito não opera (normalmente) no pecador eleito à parte da Palavra. Pecadores perdidos precisam ouvir de Cristo. Portanto, é responsabilidade da igreja ensinar todo o conselho de Deus, evangelizar e fazer o trabalho de apologética. Estes são deveres cristãos. Mas somente o Espírito de Deus é que produz crença. Como afirmado por Paulo em *1 Coríntios* 3.6: “Eu plantei, Apolo regou; mas Deus deu o crescimento”. O pecador, sem qualquer obra especial do Espírito de Deus, pode entender a mensagem pregada. Há uma diferença entre entender a verdade e acreditar na verdade. Alguns incrédulos entendem a Bíblia melhor que alguns cristãos.

Epistemologia e Soteriologia

O escrituralismo ensina que a soteriologia (a doutrina da salvação) é um ramo da epistemologia. Não é um ramo da metafísica, pois o pecado não é um problema metafísico e os homens não são divinizados quando são salvos. Nem é um ramo da ética, pois os homens não são salvos por suas próprias obras ou conduta. Antes, a salvação é somente pela graça, somente pela fé (*i.e.*, pela crença na verdade revelada por Deus o Espírito em sua Palavra), somente em Cristo (*Romanos* 1.16-17). E essa salvação é dom de Deus (*Efésios* 2.8-10). Em concordância com a Assembleia de Westminster, a salvação tem totalmente a ver com epistemologia. Não apenas somos justificados por termos fé na verdade, mas também santificados por conhecermos a verdade. Em *João* 17.17 lemos as palavras de Cristo: “Santifica-os na tua verdade; a tua palavra é a verdade”. E em *2 Tessalonicenses* 2.13 (NVI) o apóstolo diz: “Mas nós devemos sempre dar graças a Deus por vocês, irmãos amados pelo Senhor, porque desde o princípio Deus os escolheu para serem salvos mediante a obra santificadora do Espírito e a fé na verdade”.

Revelação e Apologética

A cosmovisão escrituralista rejeita a teologia natural de Tomás de Aquino e seus seguidores moder-

²¹ Calvino, *A Instituição da Religião Cristã*, Editora UNESP, 2007; I:6:1, 3; II:1-17 [pg. 66-69].

nos, bem como a teologia natural dos humanistas e teólogos liberais. Ou seja, ela não se atém a uma visão evidencialista de apologética. Em vez de começar da criação, argumentar pela existência de Deus e então pela confiabilidade das Escrituras, devemos começar das Escrituras.²²

Segundo Gordon Clark, uma crítica escrituralista da teologia natural parte do fato de esta se basear em uma metodologia empirista. Não somos capazes de deduzir formalmente o Deus trino da Bíblia a partir de uma análise empírica do universo.²³ Não é possível derivar conhecimento da experiência sensorial. O empirismo não fornece mais conhecimento sobre o Criador do mundo que sobre o mundo em si.

Sobre esse assunto, Dr. Clark escreve:

Alguém poderia considerar o que o apóstolo Paulo pensava do argumento cosmológico de Aristóteles para a existência de Deus... Tomás de Aquino declarou que Paulo prolepticamente declarara válida a reformulação tomista de Aristóteles. A partir do presente parágrafo [1 *Coríntios* 1.18-25] poderíamos supor que para Paulo isso era um absurdo.

Até onde as palavras de Paulo podem ser aplicadas a Aristóteles, [1 *Coríntios*] 3.20 seria um repúdio ainda mais claro à especulação filosófica sobre Deus... Apologistas cristãos, portanto, fariam bem em repudiar a futilidade escolástica da chamada "teologia natural". Deveriam desistir da tentativa de provar a existência de Deus e descrever sua natureza com base em observações empíricas.²⁴

Todas as "provas" tradicionais da existência de Deus são inválidas; são falácias lógicas. Como David Hume apontou, não é logicamente necessário que o criador de um mundo finito seja infinito. Tudo que é necessário, de acordo com Hume, é que o criador seja pelo menos tão grande como aquilo que ele criou. Não só isso; a observação nunca

pode provar causalidade; ela pode nos dar sequência, mas nunca causalidade.²⁵

Tampouco é sólido o argumento ontológico (não empírico) de Anselmo e Descartes. Este argumento, afirma Clark, basicamente declara que "Deus, por definição, é o ser que possui todas as perfeições; a existência é uma perfeição; portanto, Deus existe".²⁶ Há vários problemas com esse raciocínio. Primeiro deve ser dito que tal silogismo, como afirmado formalmente por Descartes, é válido. O problema não é a forma do argumento, mas seus termos. Existência, por exemplo, é um atributo que se aplica a tudo sem exceção. Sonhos existem, alucinações existem, miragens existem. A questão não é se algo existe ou não; a questão é do que se trata isso que existe.²⁷ Por essa razão que a Assembleia de Westminster fez a pergunta da forma como é encontrada no *Catecismo Menor* (P. 4), "Quem é Deus?", em vez de "Existe um deus?". Se o argumento ontológico é entendido como um esclarecimento do significado da palavra "Deus" na Bíblia, ele pode ser útil. Mas não é um argumento que chega a Deus a partir de algo extrabíblico. A definição de Deus encontrada no argumento ontológico inclui elementos contrabandeados das Escrituras, incluindo o monoteísmo.

Outro erro nas "provas" tradicionais é que conclusões normativas nunca podem ser extraídas de premissas descritivas. Gordon Clark escreve:

A teoria da lei natural comete uma grande gafe lógica ao tentar deduzir uma conclusão normativa de premissas descritivas. Não importa quão cuidadosa ou complexa seja a forma de alguém descrever o que os homens fazem, ou no que consistem as providências da natureza, ou como operam as tendências naturais, é uma impossibilidade lógica concluir o que os homens devem ou não fazer. O é nunca implica o *deve*. Essa crítica se aplica a todas as teorias empíricas.²⁸

²⁵ Gordon H. Clark, *Thales to Dewey* (Unicoi, Tennessee: The Trinity Foundation, [1957], 2000), 299-308; e Gordon H. Clark e Aurelius Augustine, *Lord God of Truth e Concerning the Teacher* (Hobbs, New Mexico: The Trinity Foundation, 1994), 24.

²⁶ Gordon H. Clark, *A Christian Philosophy of Education* (Jefferson, Maryland: The Trinity Foundation, [1946], 1988), 31.

²⁷ Clark, *Three Types of Religious Philosophy*, 33-44.

²⁸ Gordon H. Clark, *Essays on Ethics and Politics*, editado por John W. Robbins (Jefferson, Maryland: The Trinity Foundation, 1992), 102.

²² Para saber mais sobre isso, veja Robert L. Reymond, *Faith's Reasons For Believing* (Ross-shire, Great Britain: Christian Focus Publications, 2008).

²³ Clark, *God's Hammer*, 66.

²⁴ Gordon H. Clark, *First Corinthians* (Jefferson, Maryland: The Trinity Foundation, [1975], 1991), 52.

Ademais, se as várias provas, como as “cinco vias” de Tomás de Aquino, pudessem provar a existência de Deus, elas provariam a falsidade da Bíblia. Como poderíamos saber se as cinco provas provam o mesmo deus? Por que não poderiam ser dois, três, quatro ou cinco deuses? De fato, se as provas teístas fossem válidas, elas demoliriam o cristianismo; provariam quando muito a existência de uma divindade pagã, e não o Deus cristão. Felizmente as provas não são válidas.²⁹

Não se pode provar o Deus das Escrituras pela teologia natural. Nem tampouco se pode provar que as Escrituras são a Palavra de Deus. Para o escrituralista, a Palavra de Deus é o ponto de partida axiomático. Ela é indemonstrável, autoautenticável e autoevidente. O dito de Agostinho, “Creio para poder entender”, também deve ser o nosso.

Isso não quer dizer que não há evidência abundante demonstrando que a Bíblia é a Palavra de Deus; há muitas dessas evidências. Mas as evidências não “provam” que as Escrituras são verdadeiras. Como ensinado na *Confissão de Fé de Westminster* (1:4-5):

A autoridade da Escritura Sagrada, razão pela qual deve ser crida e obedecida, não depende do testemunho de qualquer homem ou igreja, mas depende somente de Deus (a mesma verdade) que é o seu autor; tem, portanto, de ser recebida, porque é a palavra de Deus.

Pelo testemunho da Igreja podemos ser movidos e incitados a um alto e reverente apreço da Escritura Sagrada; a suprema excelência do seu conteúdo, e eficácia da sua doutrina, a majestade do seu estilo, a harmonia de todas as suas partes, o escopo do seu todo (que é dar a Deus toda a glória), a plena revelação que faz do único meio de salvar-se o homem, as suas muitas outras excelências incomparáveis e completa perfeição, são argumentos pelos quais abundantemente se evidencia ser ela a palavra de Deus; contudo, a nossa plena persuasão e certeza da sua infalível verdade e divina autoridade provém da operação interna do Espírito Santo, que pela palavra e com a palavra testifica em nossos corações.

E nas palavras de Gordon Clark:

Pode haver, digamos, mil afirmações históricas na Bíblia. Felizmente, muitas dessas afirmações que o modernista dizia serem falsas agora se sabe que são verdadeiras. Por exemplo, os modernistas afirmavam que a nação hitita nunca existiu. Hoje os museus possuem mais livros hititas do que têm tempo de traduzir. Os modernistas diziam que Moisés não poderia ter escrito o Pentateuco porque em sua época a escrita ainda não tinha sido inventada. Bem, a escrita já existia mais de mil anos antes de Moisés. Não obstante, o fato de que a Bíblia está correta sobre esses pontos não “prova” que ela não tem erros. Obviamente há muitas afirmações históricas na Bíblia que não podemos verificar e jamais seremos capazes de verificar. Quem poderia ter esperança de corroborar [por meio da arqueologia e pesquisa histórica] as afirmações de que Eliezer pediu a Rebeca um gole de água e que ela também deu de beber aos seus camelos?³⁰

João Calvino também falou do poder de persuasão das várias evidências disponíveis a nós: o argumento religioso ou moral, o argumento cosmológico, o argumento da graça comum e o argumento da anatomia humana. No entanto, diz o reformador, sem a ajuda das Escrituras esses argumentos falam em vão.³¹ Ele escreve: “As provas da fé devem ser [procuradas] na boca de Deus [i.e., na sua Palavra] somente. Se vamos disputar sobre questões que dizem respeito aos homens, deixemos que as razões humanas tomem lugar; mas na doutrina da fé, a autoridade de Deus deve reinar sozinha, e dela devemos depender”.³²

Há um sem número de evidências internas³³ e externas de que a Bíblia é a revelação infalível de Deus ao homem. Mas à parte do testemunho interno do Espírito Santo essas evidências são inconclusivas. A própria Bíblia nos diz por que acreditamos ser ela a Palavra de Deus: Deus o Espírito

³⁰ *What Do Presbyterians Believe?*, 17.

³¹ Calvino, *A Instituição da Religião Cristã*, Editora UNESP, 2007; I:1-5, 16 [pg. 37~65, 184~195].

³² John Calvin, *Commentaries*, Volumes I-XXII (Grand Rapids: Baker Book House, 1981), *Commentary on Acts* 17:2.

³³ Tecnicamente falando, “evidências internas” não são de fato evidências; são parte da revelação especial. Só evidências externas (extrabíblicas) é que são realmente “evidências”.

²⁹ Clark, *God's Hammer*, 87-89.

produz essa crença na mente do eleito; ele não o faz nos não eleitos. Não há autoridade maior que a Palavra de Deus.

Uma metodologia apologética escrituralista presuppõe a primazia das Escrituras em fornecer a base para todas as provas. A Bíblia tem um monopólio sistemático sobre a verdade. Ela é autocomprobatória e autoautenticável. Julga todos os livros e ideias, e não pode ser julgada por nenhuma pessoa ou coisa. Isso não quer dizer que as evidências não são úteis; elas são. Podem ser usadas de forma *ad hominem* para revelar a loucura dos sistemas não cristãos. Aqui o escrituralista considera *Provérbios* 26.4-5 (NVI) muito importante para a disciplina de apologética: “Não responda ao insensato com igual insensatez, do contrário você se igualará a ele. Responda ao insensato como a sua insensatez merece, do contrário ele pensará que é mesmo um sábio”. O apologista bíblico se recusa a responder ao crítico do cristianismo com base nas pressuposições tolas que este adota em sua cosmovisão não cristã. O cristão não responde a esse “insensato com igual insensatez”, pois se agisse assim apenas se tornaria como o insensato. Antes, permanecendo sobre a revelação inspirada, infalível e inerrante de Deus, o apologista cristão deve “respond[er] ao insensato como a sua insensatez merece”, usando as evidências apagógicamente para refutar a cosmovisão defeituosa do insensato. Essa argumentação deve ser usada para criticar internamente a cosmovisão do incrédulo, revelando suas inconsistências, por sua vez mostrando que ela está errada.³⁴ Gordon Clark coloca isso da seguinte forma:

Usemos toda evidência arqueológica que pudermos encontrar. Entremos em grandes detalhes sobre *J, E, D e P*. Haveremos de discutir a presença de camelos no Egito em 2000 a.C. e o hipotético Concílio de Jâmnia.³⁵ Mas nossos argumentos serão totalmente *ad hominem*. Devemos mostrar que os princípios que nossos oponentes usam destroem suas próprias conclusões.

O argumento é *ad hominem* e elêntico. Quando o oponente finalmente é reduzido

ao silêncio e já podemos nos manifestar, apresentamos a Palavra de Deus e oramos para que Deus o faça crer.³⁶

Essa metodologia apagógica, consistindo em uma série de *reductiones ad absurdum*, é o principal método disponível a um apologista bíblico. A razão é que, muito embora haja um terreno metafísico comum entre crentes e incrédulos, em que ambos são criados à imagem de Deus, não há nenhum terreno epistemológico comum. Não há proposições teóricas em comum, quaisquer “noções” comuns entre o cristianismo e as filosofias não cristãs. Os argumentos *ad hominem* apagógicos devem ser usados contra o incrédulo, um transgressor pactual que já traz consigo a ideia inata de Deus, contra quem está se rebelando. Também envolvem “destruí[r] os conselhos, e toda a altivez que se levanta contra o conhecimento de Deus” (2 *Coríntios* 10.4-5). Os argumentos devem ser usados de uma forma que procurem torná-lo epistemologicamente autoconsciente (e assim consciente de Deus) de sua rebelião por transgressão de pacto.

Após demonstrar a incoerência interna das visões não cristãs, o apologista bíblico argumentará pela verdade e consistência lógica interna das Escrituras e da cosmovisão cristã nela revelada. Como ensina a *Confissão de Fé de Westminster* (1:5), nas Escrituras há “harmonia de todas as suas partes”. O apologista bíblico mostrará como o cristianismo é autoconsistente, como ele nos dá um entendimento coerente do mundo. O cristianismo responde perguntas e resolve problemas que outras cosmovisões não podem. Esse método não deve ser considerado uma prova para a existência de Deus ou prova da verdade das Escrituras, mas uma prova de que a visão não cristã é falsa. Ele mostra que a inteligibilidade somente pode ser mantida ao examinarmos todas as coisas como sendo dependentes do Deus das Escrituras, que é a própria verdade.

Comentando sobre a metodologia apologética escrituralista de Gordon Clark, Gilbert Weaver escreve:

Um exemplo mais amplo desse tipo de apologética é encontrado no livro de Clark, “*A Christian View of Men and Things*”. Nele Clark toma as áreas da história, política, é-

³⁴ Jonathan Edwards, *The Works of Jonathan Edwards*, Volume 24:1, editado por Stephen J. Stein, *The “Blank Bible”* (New Haven, Connecticut: Yale University Press, 2006), 575-576.

³⁵ Suposto concílio do final do primeiro século onde o cânon da Bíblia hebraica teria sido finalizado. [N. do T.]

³⁶ Nash, editor, *The Philosophy of Gordon H. Clark*, 451-452; reimpresso em *Clark and His Critics*, 240.

tica, ciência, religião e epistemologia e mostra em cada uma delas que os principais sistemas não cristãos adversários não podem dar respostas aos problemas básicos de sua área de estudo, que eles tendem ao ceticismo ou à autocontradição e que a cosmovisão cristã baseada na revelação divina fornece soluções plausíveis em cada caso. O resultado líquido é que os rivais do cristianismo são solapados em cada área de pensamento, não estando assim em posição sólida para lançar um ataque à fé cristã.³⁷

Dr. Clark usou o argumento a partir da natureza da verdade de Agostinho para revelar a consistência interna do cristianismo.³⁸ A verdade, argumenta Clark, deve existir; logo o ceticismo é falso. Até mesmo negar a existência da verdade (isto é, dizer que é “verdade” que não existe verdade) é afirmar que a verdade existe e deve existir. Além disso, não é possível a verdade ser mutável. O que muda por definição não pode ser verdadeiro. Negar a eternidade da verdade (*i.e.*, dizer que é “verdade” que a verdade não é eterna, ou um dia acabará) confirma sua natureza eterna. E como a verdade só pode existir na forma de proposições, ela deve ser mental (*i.e.*, sendo proposicional, só pode existir na mente). Mas, considerando que a mente do homem não é eterna e imutável, deve existir uma mente superior à mente do homem que é eterna e imutável: a mente de Deus. Como afirmam as Escrituras, Deus é a própria verdade. E se um homem sabe alguma verdade, sabe também algo de Deus.

No sistema apologético escrituralista consistente há, portanto, duas etapas: em primeiro lugar o apologista deve mostrar ao incrédulo a inconsistência lógica de sua metodologia. Em segundo, deve apresentar a consistência interna da cosmovisão cristã. Uma vez demonstrados esses dois pontos, o apologista bíblico deve exortar o incrédulo a repudiar seu sistema falso e abraçar os ensinamentos das Escrituras.

Conhecimento e Opinião

Uma parte importante da cosmovisão escrituralista é a distinção epistemológica entre conhecimento e

opinião. Ao longo da história do pensamento ocidental, filósofos como Parmênides, Platão e Aristóteles têm feito corretamente uma distinção entre ambos. Agostinho e Gordon Clark são apenas dois exemplos de filósofos cristãos que fizeram o mesmo.³⁹ Há uma diferença entre aquilo que “conhecemos” e aquilo sobre o qual podemos ter opiniões.

Na cosmovisão escrituralista, conhecimento não é apenas ter ideias ou pensamentos; é ter ideias ou pensamentos verdadeiros. Conhecimento é conhecimento da verdade. É uma crença verdadeira justificada. Somente a Palavra de Deus (aquilo que, como diz a *Confissão de Westminster* [1:6], “ou é expressamente declarado na Escritura ou pode ser lógica e claramente deduzido dela”) nos dá esse conhecimento.

Opiniões, por outro lado, podem ser verdadeiras ou falsas. Ciência natural é opinião; arqueologia é opinião; história (com exceção da história bíblica) é opinião. Nessas disciplinas não estamos lidando com “fatos”. Não há nelas crença verdadeira justificada. “Opinar” algo não é “conhecer” algo. Verdades justificadas são encontradas somente na Palavra de Deus.

O escrituralista começa com a pressuposição que a Bíblia é a Palavra de Deus; isso é axiomático. Ele então deduz tudo o mais das Escrituras. Como o homem chega ao conhecimento de Deus e sua criação? Isso só é possível através da autorrevelação de Deus. O conhecimento só é possível porque Deus escolheu se revelar ao homem. Esse conhecimento não é recebido ou descoberto por sensação ou raciocínio. Todo conhecimento é por natureza revelacional e proposicional, e sua fonte é Deus.

Limitações Epistemológicas e a Linguagem das Escrituras

O escrituralismo assevera que o homem pode “conhecer” a verdade. Mas isso não significa que ele é

³⁷ Citado em Nash, editor, *The Philosophy of Gordon H. Clark*, 290; reimpresso em *Clark and His Critics*, 271.

³⁸ Clark, *A Christian View of Men and Things*, 318ss.; Nash, editor, *The Philosophy of Gordon H. Clark*, 157-161; reimpresso em *Clark and His Critics*, 128-131.

³⁹ Veja W. L. Reese, *Dictionary of Philosophy and Religion* (New Jersey: Humanities Press, 1980), 402; Ronald H. Nash, *The Light of the Mind: St. Augustine's Theory of Knowledge* (Lexington: Kentucky University Press, 1969); Robert Crouse, “Knowledge”, em Allan D. Fitzgerald, editor, *Augustine Through the Ages: An Encyclopedia* (Grand Rapids: Eerdmans Publishing Company, 1999), 488; Clark, *An Introduction to Christian Philosophy*, 57-92 (*Christian Philosophy*, 297-323; *Clark and His Critics*, 57-77); e Robbins, “An Introduction to Gordon H. Clark” [Uma Introdução a Gordon H. Clark], *The Trinity Review* (Julho/Agosto de 1993).

capaz de ter conhecimento exaustivo (Jó 11.7; 36.26; Salmos 139.6). Somente Deus tem esse conhecimento (Romanos 11.33-34; 1 Coríntios 2.11). Deus é onisciente. Todo o seu conhecimento é intuitivo, ao passo que o conhecimento do homem é discursivo. Há limitações no conhecimento do homem não só por causa do pecado, mas também porque ele é criatura. Até mesmo o Adão sem pecado, antes da Queda, jamais poderia ter conhecimento exaustivo. Essa limitação não será removida nem mesmo no estado final, sem pecado.

Não obstante, qualquer conhecimento que o homem tem, posto que deva ser uma verdade que Deus sabe, deve necessariamente ser um conhecimento igual ao conhecimento de Deus. Isso significa que devemos rejeitar a visão tomista e vantilianna da pregação analógica. De acordo com Tomás de Aquino e Cornelius Van Til, todo conhecimento que o homem tem de Deus e sua criação é análogo. Não há um ponto único de coincidência entre o conhecimento de Deus e o conhecimento do homem.⁴⁰

O escrituralista não nega que há uma diferença quantitativa entre o que Deus sabe e o que o homem sabe. Há uma vasta diferença no grau de conhecimento (Salmos 139.6). Mas não há nenhuma diferença no conhecimento em si. Há um ponto de contato entre o que Deus sabe e o que o homem sabe; há um ponto unívoco onde o conhecimento de Deus encontra o conhecimento do homem. Gordon Clark escreve que “se nossas mentes e a mente de Deus não tivessem algum conteúdo unívoco, não saberíamos nada. Se Deus tem toda a verdade, não podemos conhecer qualquer verdade a não ser a conhecida por Deus”.⁴¹ A diferença entre o conhecimento de Deus e o conhecimento do homem é de grau. Deus sabe mais e sempre saberá mais que qualquer criatura. Se tudo o que temos é uma analogia da verdade, não temos a verdade. Uma mera analogia da verdade, sem um

ponto unívoco de entendimento, não é “a verdade”.⁴²

A revelação especial nos dada nas Escrituras é proposicional em natureza. O Deus trino das Escrituras se revelou ao homem na forma de declarações proposicionais. Ele fala ao homem em verdades universais proposicionais. Proposições são combinações lógicas e compreensíveis de palavras — sujeito, verbo, predicado — que objetivamente ensinam algo. Elas são o significado de sentenças indicativas. Proposições são ou verdadeiras ou falsas. E o que leva uma proposição a ser verdadeira é Deus pensá-la como verdadeira. Ademais, não existe algo como uma verdade não proposicional. A verdade é uma característica, um atributo, das proposições somente.

De acordo com o escrituralista, a verdade das Escrituras não está “entre” ou “acima” ou “por trás” das palavras ou apenas na mente do intérprete. Nem tampouco são as palavras secretamente simbólicas ou metafóricas, sugerindo alguma verdade “superior”. Pelo contrário, a verdade de Deus reside na organização e no significado lógicos das palavras das próprias Escrituras.⁴³ Sua verdade vem através do nosso entendimento dessas proposições de acordo com as regras de gramática e lógica. Assim, a Bíblia não contém paradoxos lógicos. Obviamente essas declarações proposicionais não podem ensinar duas ou mais “verdades” contrárias ou contraditórias ao mesmo tempo (como na neortodoxia e no neoliberalismo). Elas ensinam uma verdade de cada vez, e esta única verdade pode ter várias aplicações ou implicações lógicas. Isso também se relaciona com os eventos da história e seus significados. Isto é, a Bíblia não só nos ensina que certos eventos ocorreram na história, como também nos diz o significado desses eventos. A interpretação do evento não é deixada para a subjetividade da interpretação pessoal. As Escrituras nos dão o evento e o significado na forma de proposições.

Como mencionado acima, a Bíblia diz que Jesus Cristo é a lógica (*Logos*) de Deus (João 1.1); ele é a Razão, a Sabedoria e a Verdade encarnadas (1

⁴⁰ Thomas Aquinas, *Summa Contra Gentiles*, XXXII-XXXIV. Cornelius Van Til defendia uma visão similar a de Aquino. Em sua “Introdução” ao livro de B. B. Warfield, *The Inspiration and Authority of the Bible*, editado por Samuel G. Craig (Phillipsburg, New Jersey: Presbyterian and Reformed Publishing Company, 1948), por exemplo, Van Til escreve que é por causa da natureza analógica da revelação escriturística que o conhecimento do homem “em nenhum ponto é idêntico ao conteúdo da mente de Deus”.

⁴¹ Gordon H. Clark, *The Pastoral Epistles* (Jefferson, Maryland: The Trinity Foundation, 1983), 119.

⁴² Clark, *God's Hammer*, 30-34, 38, 71.

⁴³ Evidentemente é verdade que nem todas as declarações das Escrituras estão na forma de proposições. Algumas, por exemplo, são mandamentos, e outras, declarações de louvor a Deus. Mas mesmo estas podem ser tornadas proposicionais ao se colocá-las em uma sentença maior, por exemplo: “Deus ordena isso e aquilo” e “Deus é digno de louvor”.

Coríntios 1.24, 30; *Colossenses* 2.3; *João* 14.6). As leis da lógica não foram criadas por Deus ou pelo homem; elas são a maneira de Deus pensar. E visto que as Escrituras são parte da mente de Deus (*1 Coríntios* 2.16), elas são pensamentos lógicos de Deus. A Bíblia expressa a mente de Deus de uma forma logicamente coerente para a humanidade.

Conclusão

O escrituralismo é uma cosmovisão cristã. É a única cosmovisão consistente ensinada na própria Palavra de Deus. O escrituralismo sustenta que a Bíblia, a Palavra de Deus inspirada, infalível e inerrante, é fundacional na totalidade da conduta filosófica e teológica de uma pessoa. As Escrituras julgam todas as coisas, e não podem ser julgadas por nenhuma pessoa ou coisa. A Bíblia deve ser considerada o ponto de partida axiomático do cristão. Ela é o princípio primeiro indemonstrável, o axioma a partir do qual tudo é deduzido. Todo e qualquer sistema de crença deve partir de premissas indemonstráveis. Se estas premissas podem ser provadas, não são princípios primeiros. Por isso, o cristianismo parte das Escrituras e sua reivindicação autoautenticável de inspiração.

Citando mais uma vez a *Confissão de Fé de Westminster* (1:6):

Todo o conselho de Deus concernente a todas as coisas necessárias para a glória dele e para a salvação, fé e vida do homem, ou é expressamente declarado na Escritura ou pode ser lógica e claramente deduzido dela. À Escritura nada se acrescentará em tempo algum, nem por novas revelações do Espírito, nem por tradições dos homens.

Soli Deo Gloria

Traduzido por Marcelo Herbets